

\*

REPORT of the Warren Commission on the assassination of President Kennedy. New York, Bantam Books, 1964. x1, 728 pp. ilus. in-8. br.

Texto completo do Relatório Warren, contendo fotografias documentárias, e partes prefaciais de especialistas reconhecidos, esclarecedoras do próprio texto, bem como dos fatos que circundaram o assassinio do Presidente Kennedy. Conta também esta edição com a colaboração de material adicional, que foi expressamente preparado pelo "New York Times". Traz, além do mais, facsímiles de documentos preliminares e posteriores, oficiais, do Govêrno dos Estados Unidos, relativos não só à constituição da referida Comissão como às várias fases do andamento da mesma. Divulga os poderes de que foi investida a Comissão e a sua estrutura, tanto de pessoal componente, quanto de enumeração e seqüência dos atos que deveria cumprir. Completa-se com índice de capítulos que concatena e minúcia os itens tratados, enriquecendo-se a obra com dezessete apêndices que documentam e elucidam muitas partes do texto, bem como trazem dados biográficos dos implicados, lista de centenas de testemunhas apresentadas à Comissão no decorrer dos trabalhos inquisitórios, indexando-lhes a atuação e as circunstâncias do depoimento. O Relatório metodiza tôda a matéria que contém, descrevendo ainda as várias técnicas adotadas no curso do processo total. A sua feitura faz concluir pela vastidão e profundidade dos trabalhos elaborados pela Comissão e o esforço dispendido no intuito de esgotar as possibilidades de esclarecimento dos fatos. Finaliza o volume índice alfabético de nomes pessoais e institucionais citados ao texto.

GUIOMAR CARVALHO FRANCO

\*

GREGORY (Robert G.). — **Sidney Webb and East Africa. Lavour's Experiment with the doctrine of Native Paramountoy.** University of California Publications in History. Vol. 72, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1962. Publicação simultânea da Cambridge University Press, London, 1962.

A comoção causada pelo advento do movimento Mau-Mau em 1946, bem como o seu paroxismo terrorista em 1952-1953, servem já de si, de motivos suficientemente fortes para recomendar mesmo ao leitor menos especializado o presente trabalho. Se êle não justifica o terrorismo ocorrido em Quênia, pelo menos esclarece os antecedentes e os fatos que o explicam. Para o leitor mais particularmente interessado em história da África, o presente volume constitui leitura praticamente essencial, pois, nêle desfilam alguns dos mais cruciantes problemas desta antiga colônia britânica, outrora parte integrante da chamada África Oriental Britânica. Aqui

o Autor estuda com detalhes a formulação, evolução e significação da política colonial desenvolvida pela Grã-Bretanha em relação à África Oriental entre 1923-1931, justamente o período em que foi aplicada, ou melhor, fizeram-se tentativas no sentido de aplicar a política da chamada **Native Paramountoy**.

Uma tradução que nos parece razoável para o termo acima empregado, seria: a teoria da "Sobrepujança Nativa", no caso em questão, Sobrepujança africana. Em síntese, essa doutrina visava o estabelecimento de uma política no sentido de dar ênfase à defesa dos interesses "nativos" nas disputas entre africanos e elementos dos outros grupos raciais radicados naqueles territórios, os quais correspondem hoje às nações livres da Uganda, Tanganica e Quênia.

A escôlha do Autor para um estudo mais apurado do caso de Quênia, seria o resultado de sua observação, *in loco*, interessando-lhe naturalmente o aspecto multi-racial apresetado até hoje pelo Quênia, onde o Autor também residiu na fase final das suas pesquisas. Seu livro resulta da publicação de tese de doutoramento para a qual trabalhou em Cambridge, nos Arquivos do **Colonial Office** e finalmente sob os auspícios da **Ford Foundation**, na própria ex-África Oriental.

Em 1929, com a vitória do Partido Trabalhista, o Primeiro Ministro, James Ramsay Macdonald, vê-se compelido por circunstâncias de política interna do seu partido e mesmo por questões estatutárias, a colocar no Ministério das Colônias o velho intelectual e humanitarista inglês **Sidney Webb**. Este, homem de grande versatilidade intelectual, era figura de projeção no Trabalhismo, no qual dera estrutura mais dinâmica e enquadrada dentro de princípios filosóficos claramente estabelecidos. Amigo e companheiro de G. B. Shaw, o velho Webb estava, até então, praticamente aposentado, embora, ainda, detivesse nominalmente a Cátedra de Estudos Práticos de Sociologia e Política que havia iniciado na já então famosa **London School of Economics**.

Encabeçando o título do livro em aprêço, a figura de Sidney Webb é a mais extensivamente estudada e o Autor esforça-se por provar a correlação estreita entre o caráter do biografado e o rumo tomado pelos acontecimentos na Política Colonial da Grã-Bretanha da época. A ida de um homem do quilate de Webb para a Pasta das Colônias é, sem dúvida, um marco importante na História Colonial Britânica e a sua presença precisamente nessa Pasta naquele momento é de uma importância vital para a tomada de novos rumos políticos no campo do humanitarismo. Ali teria o grande teórico do Trabalhismo a oportunidade ímpar de pôr em prática o que pregava. O que fez Webb de tal oportunidade e de como os acontecimentos da época o envolveram, marcando a sua ação, eis o que procurou esclarecer o Autor do presente trabalho.

A África Oriental e nela mais particularmente o Quênia, foi o campo onde mais aplicou-se o nôvo titular do **Colonial Office**.

A natural atração do clima mais temperado dos **Highlands** do Quênia e a fertilidade de suas terras, constituíram um incentivo es-

sencial para a fixação, em caráter mais permanente, de comunidades brancas dedicadas à agricultura. Por isso mesmo, teriam êles interesses mais sólidos a defender, donde se conclui mais ainda sua importância como expressão econômica, cujos interesses não poderiam deixar de pesar dentro do Império Britânico.

Acontece que o Quênia foi também, antes do estabelecimento dos brancos, um dos territórios africanos para onde afluíram emigrantes indús, *coolies* e outros destituídos, tocados de sua terra pelas várias “fomes”. Seus descendentes, eventualmente privados pelos novos senhores das melhores terras, tornaram-se, em geral, comerciantes, ocupação impopular a que se dedicam muitos dêles até os dias de hoje em várias partes da África.

Segundo o Autor, como não poderia deixar de acontecer, a presença dos indús em número ponderável no Quênia, foi um elemento de exarcebação da tensão racial naquêlo território, porque, segundo afirma, inúmeros dêsses atritos ocorreram mesmo anteriormente à chegada dos brancos.

Apesar dos atritos anteriores e ainda assim, já antes de 1923, vinham os mesmos indús agitando o problema do ressentimento existente entre os nativos africanos em relação aos colonos brancos no Território (Quênia). É fácil concluir com o Autor quais os motivos que os transforma então em paladinos dos interesses nativos, invocando a sua qualidade de emigrantes mais antigos.

Sendo a Política Colonial um terreno em que os britânicos procuraram, na maioria das vêzes, agir com a maior prudência, e tanto quanto possível atentando para os interesses dos colonos britânicos, a questão é que o problema estava sendo agitado e agitado numa hora em que as próprias relações entre a Grã-Bretanha e o Império da Índia, parte do Império Britânico, eram também objeto de cuidadosa diplomacia colonial (fato a que, aliás, o Autor não se refere, mas subentende-se que tenha em mente). O resultado, foi então, a publicação do famoso **White Paper de 1923**, que o Autor estuda detidamente, pois, foi neste documento pela primeira vez mencionada oficialmente a questão da “Sobrepujança nativa”. O duque de Devonshire, naquela época, Ministro das Colônias, sugere no dito documento que o Governo daria consideração primordial aos interesses “nativos” (africanos, no caso) em qualquer contenda entre os interesses dos mesmos e dos colonos.

Colocava-se, assim, com tal declaração, o Governo na posição de mandatário (e defensor) dos interesses nativos, e aqui, aponta o Autor, encontra-se na realidade tôda a essência da idéia de **Trusteeship** (Tutela), aparentemente posta em prática pela primeira vez então, oficialmente, apesar de já enunciada desde o século anterior pelos humanitaristas ingleses.

Segundo o Autor do livro que apreciamos, a própria doutrina de “Sobrepujança nativa” seria um colorário ao princípio do **Trusteeship**, princípio êsse que, apesar de anunciado em 1923, nem por isso passou a orientar consistentemente a política Colonial Britânica.

As resistências, os percalços e a evolução dos acontecimentos, uma vez enunciado o princípio de “Tutela”, com suas naturais implicações relativas ao problema nativo, constitui tôda a tecitura histórica daquilo que virá a ser vigorosamente agitado quando Webb assume o Ministério das Colônias em 1929.

Além do tema de maior importância que justifica o título da presente obra, o Autor estuda ainda outros pontos de grande interesse informativo, como sejam as campanhas dos humanistas Oldham, Davidson e do missionário escocês Arthur. Este último, figura semi-legendária de grande prestígio entre os africanos e que, eventualmente, transformou-se em delegado dos interesses africanos junto ao Governo e a opinião pública da Grã-Bretanha.

As relações entre os defensores dos africanos, defensores dos indús e defensores dos interesses dos colonos brancos, bem como a notícia que tomaria do assunto, em geral, o Governo e a opinião pública britânica — que o Autor expõe baseado em documentos e periódicos — constitui interessante contribuição, não só para o assunto em foco, como também para a História em geral.

O elemento missionário em sua ação política, dada a natural maior proximidade e confiança por êles inspirada junto aos africanos, poderia oferecer campo para um estudo mais detalhado da parte do Autor, notando-se, porém, que assinala a presença de ponderável número de missionários entre os brancos que pugnarão pela idéia de preponderância nativa no Território.

O motivo de maior impacto na leitura do presente livro, constitui, como seria de se esperar, o estudo do momento em que surgem os primórdios da tomada de consciência por parte dos africanos, da sua situação de maioria explorada, tarefa na qual teria usado documentação colhida em Quênia e informações de fontes africanas, o que constitui também objeto de grande interesse para quem procura a verdade histórica.

Dentro de tal esquema, explica e examina o Autor a história da Primeira revolta dos kikuyo em 1919, a chamada revolta Thuku. Harry Thuku era um jovem telegrafista em Nairobi, onde habitava e habita até hoje a tribo dos kikuyo. Devido a êsse fato mesmo, como precisamente assinala o Autor, estando mais em contacto com os brancos no trabalho caseiro, nas plantações ou nas emprêsas comerciais, sentiam aquêles mais de perto a desigualdade, compreendendo também com um pouco mais de desenvoltura a sua situação subalterna. A revolta Thuku foi esmagada pela polícia como não poderia deixar de ocorrer. Porém, demonstrou o descontentamento e a tomada de consciência de pelo menos uma pequena parcela da população “nativa” quanto à injustiça de fatos como o porte do “passe” (kipandis), ou a proibição de que o africano plantasse ou criasse e muito menos cultivasse café ou, ainda, a injustiça de que não tivessem representação no Conselho Colonial, mesmo depois da brilhante atuação dos seus “Rifles” na 1a. Guerra. Nessa ocasião, os indianos obtiveram, sem se contentar, naturalmente, dois lugares no mesmo Conselho.

Outro exemplo, citado pelo Autor, de atrito entre africanos e brancos no Quênia foi a controvérsia chamada do **African Labour**, ou seja, a nova ordenação em questão de trabalho africano posta em vigor em 1919, em seguida à guerra e ocasionada devido mesmo a escassez de braços logo após o Armistício. Isso ocorreu, quando os negros vindos do *front*, retornaram às reservas e, na mesma ocasião, precisaram deles os colonos, pois estes, desejavam com a vinda da paz, retornar às suas propriedades com maiores energias e oportunidades lucrativas, demandando mais braços quando estes eram mais escassos.

O Governo da Colônia engajou-se, então, em política de quase compulsão ao trabalho. Ajudadas, via de regra, por alguns chefes africanos, as autoridades coloniais impuseram, na ocasião, praticamente, um regime de semi-escravidão. Protestos missionários, dos humanitaristas e reação na imprensa como também no Parlamento (agitado pelos Trabalhistas) a favor dos nativos, levariam o Governo a uma política de compromisso em 1921, onde seria o trabalho compulsório, então, restrito a Serviços do Governo e assim mesmo em ocasiões muito especiais. Ganhava terreno já agora a Campanha dos Missionários e Humanitaristas ingleses pela Doutrina da Sobrepujança nativa, embora, nesse tempo, ainda ela não tivesse triunfado. O homem que lidou de maneira mais inteligente, embora conservadora, com o problema do trabalho africano na “África Oriental” foi precisamente Winston Churchill, então à testa do **Colonial Office**.

Somente no ano de 1929, surgiriam as condições capazes de possibilitar o triunfo da “Doutrina”, e estas ocorreram ao fim de um período em que praticamente regredira a idéia de “Sobrepujança”, regressão esta consubstanciada em outro **White Paper** em 1927, reformulando a política Britânica em relação à África Oriental em termos da chamada **Dual Policy** ou política dual, de mandato dual. Aparentemente essa era uma política conciliatória dos diversos interesses da colônia, à qual o governo deveria prover tendo em vista o mandato “dual”, que habilitava o Governo a proteger os interesses nativos e europeus. Isto implicou na prática em verdadeira mudança de orientação claramente a favor dos interesses do conservadorismo da comunidade britânica local.

Com a vitória esmagadora dos trabalhistas em junho de 1929, e com a presença de Sidney Webb no **Colonial Office**, começa o Autor a segunda parte do seu livro, no qual leva mais ou menos o mesmo número de páginas utilizadas na primeira parte do livro.

Partindo do estudo da personalidade de Webb e da maneira como este agiu sempre, o Autor procura explicar como a política colonial do **Labour** para a África Oriental, não funcionou como deveria, embora inspirada no princípio da “Sobrepujança Africana” ou “Nativa”. Chegada a hora de pôr a sua idéia em ação, com a formação do **Joint Comitee**, para apreciar o assunto, a Presidência fôra dada, pelo próprio Webb, a um Lord conservador. As “testemunhas” africanas nem sempre puderam ou souberam apresentar devidamente seus argumentos, como o fizeram os representantes da Comunidade Européia ou mesmo dos indús até certo ponto. Enquanto isso

Webb, como um *gentleman*, procurava não impor o ponto de vista do Governo, mas tentar “justificá-lo”.

Finalmente, a impopularidade dos Atos de Webb entre os colonos da África, não se cingiu ao Quênia, Uganda e Tanganica. Nas duas Rodésias, exatamente devido aos acontecimentos originados pelos chamados, pejorativamente, **Black Papers** de Webb (1930-1931) as idéias antigamente entretidas de juntar aquêles territórios aos da África Oriental, foram totalmente rejeitadas pelas Assembléias das Rodésias, procurando estas últimas aproximar-se da União Sul-Africana.

A União Sul-Africana entra, naturalmente, no balanço dos acontecimentos políticos e o seu apóio às comunidades européias da África Oriental, torna-se em postulado político, pelo qual pugnam os seus representantes junto ao Parlamento Britânico.

E’ assim — explica o Autor — que a própria escôlha dos meios para executar o esquema de Webb e dos humanitaristas inglêses, a preponderância dos interesses africanos na formulação da política colonial para a África Oriental, isto é, o “Comitê Conjunto” foi seu próprio tûmulo. De fato, o que sobra, quando muito, é o estabelecimento de um princípio, com orientação um tanto vaga, mais baseada no jôgo de palavras, política orientada no sentido “Dual” de interesse das duas comunidades em choque. De prático, concordamos com o Autor, fica apenas a tomada de consciência do problema. Na realidade, porém, mantinham-se os líderes africanos no exílio, restringiam-se as atividades do partido da “Associação Central dos kikuyo”, o que mostra não ter o Governo Britânico abraçado a política preconizada por Webb. A experiência acima descrita, na idéia do Autor, poderia ter sido um exercício útil para a política colonial inglêsa na África Oriental e Central, se tivesse sido aproveitada, o que evitaria, talvez, quem o sabe, o episódio Mau-Mau em 1948.

Finalmente o Autor conclui que a idéia de Sobrepujança nativa não poderia, historicamente, ter predominado em 1930, da mesma forma que a política “Dual” seria anacrônica em 1960. O estudo feito no presente livro, porém, é um excelente guia para a apreciação de aspecto importantíssimo da política colonial inglêsa na África e, sem dúvida, demonstra a existência de um movimento, da ação de um grupo e de um momento em que uma idéia avançada para a época foi levada avante, tanto quanto o permitiram as circunstâncias. Não deixou de marcar, ainda, uma certa tomada de novos rumos por parte do Governo Britânico a partir de 1923, o que teria, sem dúvida, influência posterior na prudente atitude britânica, em considerar mais ou menos consumada a era colonial na África Inglesa a partir de 1947, com a independência concedida à Costa do Ouro, atual Ghana. Desde então, vinha o Governo Britânico a fazer provisões com o fito de passar suavemente o bastão de comando para as novas nações africanas, no que parece ter sucedido, pelo menos, na grande maioria dos casos.

ANTÔNIA FERNANDA DE ALMEIDA WRIGHT